

Associação
Pinacoteca Arte e
Cultura - APAC

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC "Associação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contrato de gestão às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza relacionada à manutenção do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo em 20 de dezembro de 2013, quanto à operacionalização do Museu Pinacoteca de São Paulo, uma vez que o referido contrato possui previsão para encerramento em 30 de novembro de 2018. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional do gerenciamento do Museu Pinacoteca de São Paulo, que depende da renovação do Contrato de Gestão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		14	8	Fornecedores		1.935	1.835
Gestão	4	5.275	4.735	Impostos e contribuições a recolher	9	1.343	1.430
Recursos financeiros vinculados de projetos	5	11.290	11.311	Salários e férias a pagar	10	1.684	1.725
Contas a receber		164	142	Créditos de projetos a incorrer	11	10.244	11.127
Estoques	6	363	249	Recursos do contrato de gestão	12	2.230	1.432
Outros créditos		364	1.237				
Despesas antecipadas		131	67			17.436	17.549
		17.601	17.749	Não circulante			
Não circulante				Doações de bens e direitos a apropriar	13	546	788
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	14	345	357
Aplicações financeiras vinculadas	7	1.321	1.027	Retenções do contrato de gestão	15	2.043	1.855
Aplicações financeiras vinculadas Contrato de Gestão	7	2.043	1.855			2.934	3.000
		3.364	2.882			20.370	20.549
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	8	485	722	Patrimônio social	16	132	132
		61	66	Fundo especial		1.009	738
		546	788	Total do patrimônio líquido		1.141	870
Total do ativo		21.511	21.419	Total do passivo e do patrimônio líquido		21.511	21.419

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas das atividades			
Contrato de gestão			
Recursos de órgão do governo	12 e 17.a	20.645	20.970
Ingressos, líquidos dos tributos	17.c	433	498
Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos	17.b	1.183	1.223
Patrocínios não incentivados		157	252
Doações pessoas físicas e jurídicas		24	100
Financeiras, líquidas		75	557
Outras		318	170
	17.1	<u>22.835</u>	<u>23.770</u>
Patrocínio de projetos			
Fundo Patronos		1.079	905
Recursos recebidos		<u>7.086</u>	<u>9.054</u>
	11.b	<u>8.165</u>	<u>9.959</u>
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	18	<u>2.337</u>	<u>1.759</u>
Próprias			
Doações, projetos e outras		442	183
Financeiras, líquidas		<u>79</u>	<u>103</u>
		<u>521</u>	<u>286</u>
Total das receitas das atividades		<u>33.858</u>	<u>35.774</u>
Despesas das atividades			
Despesas gerais - com contrato de gestão	17.2	(22.835)	(23.770)
Despesas gerais - com projetos	11.b	(8.165)	(9.959)
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	18	(2.337)	(1.759)
Gerais e administrativas		<u>(250)</u>	<u>(176)</u>
Total das despesas das atividades		<u>(33.587)</u>	<u>(35.664)</u>
Superávit do exercício		<u>271</u>	<u>110</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	271	110
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>271</u></u>	<u><u>110</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Fundo especial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Em 01 de janeiro de 2016	132	628	-	760
Superávit do exercício	-	-	110	110
Apropriação do superávit	-	110	(110)	-
Em 31 de dezembro de 2016	132	738	-	870
Superávit do exercício	-	-	271	271
Apropriação do superávit	-	271	(271)	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>132</u>	<u>1.009</u>	<u>-</u>	<u>1.141</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	271	110
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	414	254
Provisão para contingências	(12)	136
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução em ativos		
Recursos financeiros do contrato de gestão	(540)	(555)
Recursos financeiros de projetos	21	(2.474)
Contas a receber	(22)	227
Estoques	(114)	39
Outros créditos	873	(589)
Despesas antecipadas	(64)	(16)
Aplicações financeiras vinculadas	(294)	(50)
Aplicações financeiras vinculadas contrato de gestão	(188)	(83)
Aumento/(redução) em passivos		
Fornecedores	100	561
Impostos e contribuições a recolher	(87)	201
Salários e férias a pagar	(41)	329
Créditos de projetos a incorrer	(883)	1.835
Recursos do contrato de gestão	798	248
Doações de bens e direitos a apropriar	(242)	378
Retenção do contrato de gestão	188	84
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>178</u>	<u>635</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(172)</u>	<u>(632)</u>
Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de investimento	<u>(172)</u>	<u>(632)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6</u></u>	<u><u>3</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>14</u>	<u>8</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6</u></u>	<u><u>3</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 1º de dezembro de 2015 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998.

A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca de São Paulo ("Pinacoteca" ou "Museu"), como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura, como Contratos de Gestão.
- Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público, assim como, promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural.
- Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais, ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação.
- Atuar com os poderes constituídos em âmbitos federal, estadual e municipal, visando a aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural e estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca de São Paulo e da Associação.

A Associação é reconhecida pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) como Organização Social de Cultura (OSC), portanto podendo ser contratada pelo Estado para a gestão de equipamentos de cultura por meio de Contrato de Gestão.

A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura.

- (ix) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos.

No caso de não cumprimento, parcial ou total, ou superação das metas, com variação maior ou menor que 20% (vinte por cento) em relação às metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação deverá justificar a variação e, caso a justificativa não seja acolhida pela Unidade Gestora do Contrato, poderá ser punida com multa. O valor da multa que vier a ser aplicada está determinado no próprio contrato de gestão e será comunicado à Associação, e o respectivo montante descontado dos pagamentos subsequentes devidos em decorrência da execução do objeto contratual.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação estima receber, no prazo e condições acordados, a importância remanescente aproximada em R\$ 18.296 para 2018, com autorização da Secretaria de Estado da Cultura para a reversão de R\$ 1.457 do Fundo de Reserva para a conta repasse, após o pagamento da última parcela prevista para 2018, de modo a fazer frente ao Plano de Trabalho pactuado para o ano.

Os bens patrimoniais cedidos à Administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, 2 e no Largo General Osório, 66, além do acervo museológico de obras de arte e bibliográfico e documental da Pinacoteca de São Paulo.

Para o ano de 2017, o contrato previu que a Associação não poderia gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a ser percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderia ultrapassar o valor anual de 10,0% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas em 2017 58,76% e 9,96%, (57,83% e 9,13% em 2016).

A Administração é requerida a enviar trimestralmente relatórios para acompanhamento das metas. Os relatórios do primeiro ao terceiro trimestre de 2017 foram preparados e encaminhados, após aprovação do Conselho da APAC, para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, tendo sido aprovados pelo Conselho em 10 de abril, 17 de julho e 16 de outubro de 2017, respectivamente. O relatório referente ao quarto trimestre tem prazo de entrega marcado para 28 de fevereiro de 2018, consolidando com relatório anual.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados nas rubricas “Recursos financeiros Contrato de Gestão” e “Recursos financeiros de projetos”.

Aplicações financeiras vinculadas

Demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício ou conta de obrigação com o contrato de gestão.

Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização do Conselho de Administração ou, quando requerido, do poder público, estando relacionadas com a constituição de Fundos (Notas Explicativas nº 7 e 15).

Recursos financeiros vinculados

Recursos financeiros vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão ou a outro projeto incentivado e outros ajustes que lhe deram origem. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

h. Créditos de projetos a incorrer

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o referido programa, e pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação do MINC ou PROAC, conforme o caso.

i. Recursos do contrato de gestão

Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do contrato de gestão e que ainda não foram utilizados.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data de levantamento do balanço patrimonial.

l. Doações de bens e direitos a apropriar

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado.

m. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

n. Apuração do superávit (déficit)

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas no item (l) desta nota.

ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Associação em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro, no entanto, a Associação considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas da Associação incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Associação não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2017 e 2016, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximadamente de 97,20% a 105,60% (100% e 103% em 2016) do CDI ao ano. Em atendimento às normas do Ministério da Cultura, as aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil.

6 Estoques

	2017	2016
Estoques - produtos para revenda	1.463	1.349
(-) Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	<u>(1.100)</u>	<u>(1.100)</u>
	<u>363</u>	<u>249</u>

7 Aplicações financeiras vinculadas

	2017	2016
Banco do Brasil S.A.		
Fundo de Renda Fixa - RF LPCORP 600 (Contrato de Gestão)	161	116
Fundo de Renda Fixa - RF LPCORP 600 (Contrato de Gestão)	<u>1.882</u>	<u>1.739</u>
Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas (a)	2.043	1.855
Banco Santander S.A.		
Fundo Classic DI (Fundo Especial)	-	1.027
Banco Itaú S.A.		
Fundo Premium Referenciado DI (Fundo Especial)	<u>1.321</u>	<u>-</u>
Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas a projetos (b)	1.321	1.027
	<u>3.364</u>	<u>2.882</u>
Total aplicações financeiras vinculadas	3.364	2.882

As aplicações financeiras apresentaram uma rentabilidade anual média de 97,20% a 105,60% (100% e 103% em 2016) do CDI em ambas as aplicações.

- (a) Essas aplicações financeiras vinculadas, estão atreladas as retenções do contrato de gestão, especificamente para os fundos de reserva e contingência, conforme especificados na Nota Explicativa 15.
- (b) Essas aplicações vinculadas a projetos, referem-se ao fundo especial, que é composto pelos recursos próprios da Associação apurados no superávit / déficits do exercício e de anos anteriores, onde o valor só deverá ser utilizado na própria instituição e sua utilização deve ser definido e aprovado em assembleia pelo conselho administrativo. A contrapartida desse valor está registrado no Patrimônio líquido na linha de Fundo especial vide Nota explicativa 16.

9 Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
INSS a recolher	615	649
ISSQN a recolher	492	448
IRRF a recolher	140	203
FGTS a recolher	56	83
PIS e COFINS a recolher	37	27
ICMS a recolher	3	20
	<u>1.343</u>	<u>1.430</u>

10 Salários e férias a pagar

	2017	2016
Salários a pagar	1.187	1.232
Provisão de férias e encargos	497	493
	<u>1.684</u>	<u>1.725</u>

11 Créditos de projetos a incorrer

	2017			2016		
	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido
Plano anual 2016 (a)	8	(6)	2	6.096	(191)	5.905
Plano anual 2017 (a)	5.159	(70)	5.089	4.224	-	4.224
Plano anual 2018 (a)	4.125	-	4.125	-	-	-
ProAC 2016 (b)	-	-	-	176	-	176
ProAC 2017 (b)	390	-	390	-	-	-
Fundo Patronos (c)	620	-	620	818	-	818
British Council (d)	17	-	17	-	-	-
Terra Foundation (e)	1	-	1	5	(1)	4
	<u>10.320</u>	<u>(76)</u>	<u>10.244</u>	<u>11.319</u>	<u>(192)</u>	<u>11.127</u>

- (a) Os Planos Anuais (Plano anual 2016, Plano anual 2017 e Plano anual 2018) estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC.
- (b) O PROAC (ProAC 2016 e ProAC2017) está representado por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC).
- (c) O Fundo dos Patronos está representado por cotas pagas por pessoas que apoiam a aquisição de obras de arte contemporânea para incorporação ao acervo da Pinacoteca.
- (d) O projeto TERRA FOUNDATION está representado pelo valor de patrocínio sem incentivo fiscal da instituição Terra Foundation for American Art para custear a exposição.
- (e) O projeto British Council patrocinará o intercâmbio de um funcionário da pinacoteca.

Os recursos utilizados na execução dos projetos estão apresentados na demonstração do resultado como receitas das atividades na rubrica "Patrocínio de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos".

- **Recursos Recebidos ou a receber:** Referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados. Em 2017 foi recebido o montante de R\$ 7.064 (R\$ 11.645 em 2016), vinculados aos “Fundos Patronos”, Projetos com “Pronac”, “Proac” e “Incentivados”. No exercício foi reconhecida a receita inerente a esses projetos o montante de R\$ 8.165, sendo R\$ 1.079 com (R\$ 905 em 2016) com “Projetos Patronos” e projetos “Pronac”, “Proac” e “Incentivados” de R\$ 7.086 (R\$ 9.054 em 2016).
- **Gastos incorridos e compras de obras de arte (R\$ 8.165):** referem-se aos gastos empregados nos projetos ao longo do exercício no valor de R\$ 6.756 (R\$ 9.017 em 2016) e R\$ 1.409 (R\$ 942 em 2016) com compra de obras de arte.

A composição das naturezas dos principais gastos incorridos (consumidos) nos projetos pode ser assim demonstrada:

	2017			2016		
	Plano anual			Plano anual		
	2017	Outros	Total	2016	Outros	Total
Produção, curadoria, coordenação técnica, transporte, publicações e outros	4.668	707	5.375	4.653	2.401	7.054
Divulgação	82	6	88	174	-	174
Contratos - Serviços de terceiros	1.047	40	1.087	518	342	860
Material de consumo	133	6	139	237	-	237
Obras de arte	340	1.066	1.406	-	942	942
Outros	33	37	70	471	221	692
	<u>6.303</u>	<u>1.862</u>	<u>8.165</u>	<u>6.053</u>	<u>3.906</u>	<u>9.959</u>

A composição dos bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:

	2017	2016
Móveis e utensílios	36	32
Máquinas e equipamentos	8	48
Equipamentos de informática	40	115
Softwares	5	22
Outros	6	2
	<u>95</u>	<u>219</u>
Depreciação e amortização	<u>(28)</u>	<u>(27)</u>
	<u>67</u>	<u>192</u>

O imobilizado adquirido por Planos Anuais (Lei Rouanet) e demais projetos é apresentado no balanço na linha de “créditos de projetos a incorrer”. Os valores serão incorporados ao imobilizado da Associação quando o projeto for encerrado, entregue a prestação de contas ao Ministério da Cultura (MinC) e transferidos para a Associação., consoante disposição da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Cultura.

14 Contingências

Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências trabalhistas:

	2017	2016
Provisão para contingências PRONAC	202	258
Provisão para contingências trabalhistas	161	239
Depósito judicial	<u>(18)</u>	<u>(140)</u>
	<u>345</u>	<u>357</u>

A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

As contingências trabalhistas, consistem, principalmente, em reclamações de terceiros solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício, do período anterior à Administração da Pinacoteca pela Associação.

A Associação também possui ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R\$ 0 (R\$ 210 em 2016) para trabalhista, R\$ 2.253 (R\$ 2.056 em 2016) para cíveis e R\$ 2.837 (R\$ 2.224 em 2016) para tributárias. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

As movimentações do fundo especial foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração no dia 20 de fevereiro de 2018, quando as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho.

17 Receitas e despesas com contrato de gestão

17.1 Receitas do contrato de Gestão

	2017	2016
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		
Repasse Contrato de Gestão - CG nº 05/2013		
2º e 3º Aditivo do Contrato de Gestão - CG 05/2013	21.549	21.549
	21.549	21.549
Recursos de órgão do governo		
Receita a apropriar (Nota 12)	(2.230)	(1.432)
Receita apropriada	1.431	1.045
Recurso do Fundo de Reserva (Nota 7)	(35)	(55)
Recursos utilizados na compra de bens e intangível	(70)	(137)
	20.645	20.970
Subtotal - recursos de órgão de governo (a)	20.645	20.970
Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos		
Receita bruta de vendas	1.667	1.808
Custo das vendas	(418)	(357)
Impostos incidentes sobre a venda	(66)	(228)
	1.183	1.223
Subtotal - venda de loja (b)	1.183	1.223
Ingressos, líquidos dos tributos		
Bilheteria	451	524
ISS - Imposto sobre serviços	(18)	(26)
	433	498
Subtotal - Ingressos (c)	433	498
Demais receitas	574	1.079
Total das receitas do contrato de gestão	22.835	23.770

17.2 Despesas do contrato de gestão

A seguir apresentamos as despesas por natureza empenhadas no contrato de Gestão:

	2.017	2.016
Despesas e gastos gerais com contrato de gestão		
Com pessoal	(14.596)	(14.811)
Contratos	(4.247)	(4.164)
Utilidade pública	(1.766)	(2.127)
Produção e execução	(389)	(885)
Material de consumo	(295)	(465)
Doações - Outras	(248)	(81)
Divulgação e comercialização	(177)	(219)
Pré-produção e preparação	(130)	(131)
Depreciação e amortização	(131)	(94)
Tributárias	(13)	(23)
Realização de doações de bens e direitos	131	94
Outras despesas	(974)	(864)
	(22.835)	(23.770)
Total das despesas gerais - com contrato de gestão	(22.835)	(23.770)

Instrumentos financeiros não derivativos

Todos os ativos financeiros não derivativos (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações para os quais deve ser utilizada mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

ISSQN

A Lei nº 16.127/2015 e Decreto nº 56.302/2015, art. 3º, estabelece que ficam isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Município de São Paulo, contrato de gestão com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de cultura. A legislação garante isenção de ISSQN sobre os repasses do Contrato de Gestão, ficando sujeita à tributação do ISS as demais receitas de serviço da instituição. No dia 28 de abril de 2014 a Associação ingressou com a Subsecretaria da Receita Municipal pedido para obter a referida isenção que trata a Lei e aguarda decisão.

A Associação recolhe ISS exclusivamente sobre serviços prestados, além de retenções de terceiros. Em relação às receitas de bilheteria, a Associação recolheu ISS até o mês de abril de 2017, interrompendo o recolhimento após a obtenção do certificado de isenção/imunidade emitido pela Prefeitura do Município de São Paulo, com validade até o dezembro de 2018.

ITCMD

A Secretaria de Estado da Fazenda concedeu isenção no dia 20 de maio de 2016, com validade para o período de 24 de março de 2016 a 23 de março de 2017. A Associação ingressou com novo pedido em 2017 e a Fazenda concedeu isenção com validade de 24 de março 2017 a 23 de março de 2018.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação o recolhimento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas Autoridades Fiscais.

21 Cobertura de seguros

A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2017 a 5 de junho de 2018. As coberturas de seguros contratadas (loais - Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbues) têm os seguintes limites: (a) incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão de qualquer natureza e implosão - R\$ 58.500; (b) vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impactos de veículos terrestres e fumaça - R\$ 1.500; (c) tumultos ou greve - R\$ 264; (d) danos elétricos - R\$ 1.000; (e) equipamentos móveis - R\$ 50; (f) equipamentos eletrônicos - R\$ 100; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado - R\$ 50; (h) roubo de valores no interior das dependências do segurado - R\$ 20; (i) roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento - R\$ 10; e (j) quebra de vidros - R\$ 50. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil com cobertura contratada de R\$ 2.000.